

António Leal, Fátima Oliveira, Purificação Silvano, Idalina Ferreira, Fátima Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Centro de Linguística do Porto)

► *Tempo e Aspeto em “Famílias desavindas”, de Mário de Carvalho*

0. Introdução

A articulação entre o ensino de conteúdos gramaticais e a análise textual é um aspeto que tem sido recorrentemente referido no âmbito do ensino da língua materna. O novo programa de Português do ensino secundário não é exceção: neste documento orientador, advoga-se a focalização do trabalho sobre textos “no quadro de uma pedagogia global da língua que pressupõe o diálogo entre domínios” (p. 4) e, ainda, que “o estudo da Gramática assenta no pressuposto de que as aprendizagens dos diferentes domínios convocam um trabalho estruturado e rigoroso de reflexão, de explicitação e de sistematização gramatical” (p. 8), pelo que os seus conteúdos “devem [...] ser trabalhados na perspetiva [...] de uma cabal compreensão dos textos” (p. 9).

O objetivo principal deste trabalho é exemplificar de que forma se podem articular os domínios da Educação Literária e da Gramática no ensino do Português no 12.º ano, tendo em conta os conteúdos específicos deste ano de escolaridade. Para isso, proporemos uma análise do conto “Famílias desavindas”, de Mário de Carvalho, fundamentada em tópicos da Gramática. Na verdade, este conto propicia uma abordagem de diversos conteúdos de natureza gramatical específicos deste ano, tanto ao nível da Linguística Textual (e.g. intertextualidade) como da Semântica (e.g. valor modal). Todavia, centrar-nos-emos em questões de Tempo e Aspeto e de organização de sequências textuais, especialmente relações temporais (tempos gramaticais e expressões temporais) e valores aspetuais, assim como na relação entre estas marcas linguísticas e a estrutura do conto.

O nosso trabalho encontra-se organizado em quatro partes. Começaremos por determinar a importância de questões de Tempo e de Aspeto no Programa e Metas Curriculares de Português de Ensino Secundário. Recorreremos também ao Dicionário Terminológico para verificar que conceitos devem ser ensinados. De seguida, procederemos a uma breve descrição das principais noções teóricas envolvidas no tratamento do Tempo e do Aspeto. Passaremos depois para a análise do conto, procurando determinar a sua estrutura a

partir de elementos e fenómenos linguísticos de natureza temporal e aspetual. Terminaremos com algumas considerações finais.

1. Questões de Tempo e Aspeto no Programa e Metas Curriculares de Português e no Dicionário Terminológico

De acordo com o Programa e Metas Curriculares de Português para o Ensino Secundário, as questões de Tempo e Aspeto devem ser abordadas de forma direta e explícita nos 11.º e 12.º anos.

No 11.º ano, surgem integradas na área do domínio Gramática referente ao discurso, pragmática e linguística textual. O conceito previsto é o da coesão temporal, devendo ser convocados os mecanismos subjacentes a este tipo de coesão, a saber, expressões adverbiais ou preposicionais com valor temporal e os tempos verbais. A exploração destes mecanismos contribuirá para que os alunos reconheçam a forma como se constrói a textualidade, sendo esta, aliás, uma das metas curriculares para este ano de escolaridade no âmbito do domínio da Gramática.

No 12.º ano, o documento orientador da prática letiva prevê que se retome o conceito de coesão temporal, mas estipula que se abordem os conceitos enunciados no quadro I.

12.º ano
Gramática
(...)
3. Semântica
3.1. Valor temporal: formas de expressão do tempo (localização temporal): flexão verbal, verbos auxiliares, advérbios ou expressões de tempo e orações temporais; relações de ordem cronológica: simultaneidade, anterioridade e posterioridade.
3.2. Valor aspetual: aspeto gramatical (valor perfeito, valor imperfeito, situação genérica, situação habitual e situação iterativa).
(...)

Quadro I. Conteúdos relacionados com Tempo e Aspeto a lecionar no 12.º ano (Buescu *et al.*, 2014: 28)

A estes tópicos de conteúdo correspondem as metas indicadas no quadro II.

Gramática G12
19. Explicitar aspetos da semântica do português. <ol style="list-style-type: none">1. Identificar e interpretar formas de expressão do tempo.2. Distinguir relações de ordem cronológica.3. Distinguir valores aspetuais.

Quadro II. Metas curriculares correspondentes aos conteúdos do quadro I (Buescu *et al.*, 2014: 56)

De salientar que, embora não seja referido pelo Programa, estes conteúdos devem ser trabalhados pelo menos ao nível da frase, dado que os valores temporais e aspetuais são obtidos de forma composicional, ou seja, é necessário considerar todos os elementos linguísticos e extralinguísticos para conseguir a interpretação temporal e aspetual pertinente.

A terminologia que o professor deve usar para trabalhar estes conceitos é a definida pelo Dicionário Terminológico (DT). Para definir o valor temporal, o DT refere os seguintes termos: ponto de referência, relações dêiticas e relações anafóricas, relações temporais de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, entre outros. No ensino do valor aspetual, o professor deve recorrer aos termos ‘eventos’ e ‘situações estativas’ para a distinção entre tipos diferentes de situações, devendo também explicitar os termos aspeto lexical e aspeto gramatical.

Na sequência do enquadramento das questões de Tempo e Aspeto no Programa e Metas Curriculares de Português e no Dicionário Terminológico, explicitamos, na secção seguinte, embora de forma breve, alguns aspetos importantes sobre estes dois conceitos, seleccionados por duas razões: i) são essenciais para que os alunos possam ter um melhor entendimento dos fenómenos linguísticos relativos ao Tempo e ao Aspeto; ii) são relevantes para a compreensão do texto proposto para análise.

2. Noções teóricas sobre Tempo e Aspeto

Em muitas línguas, para compreender o tempo linguístico é fundamental articulá-lo com informações aspetuais. Em línguas como o Português, que não marcam de modo formal a informação aspetual, tais relações são ainda mais relevantes. A existência de vários tempos

verbais associados ao passado, por exemplo, revela que nem sempre estão em causa apenas questões de tempo.¹

O Aspeto fornece informações sobre a forma como se perspetiva ou se focaliza a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular, pela sua predicção. É comum fazer-se a distinção entre aspeto lexical e aspeto gramatical, fornecendo o primeiro uma classificação básica das situações (por exemplo, a distinção entre estados e eventos) enquanto o segundo permite, através da composicionalidade de vários elementos na(s) frase(s), derivar novas situações, contribuindo para tal, em línguas como o Português, alguns afixos verbais que contêm também informação temporal, verbos auxiliares e semiauxiliares (*tem lido, começou a ler, está a ler...*), certos advérbios e expressões adverbiais (A Rita tossiu *durante 10 minutos*/ A Ana chegou *esta tarde*), a natureza sintático-semântica de sintagmas nominais presentes na frase como sejam os complementos (a Ana bebeu *café*/ a Ana bebeu *um café* ou A Ana escreveu *uma carta*/ a Ana escreveu *cartas*).

Assim, de forma muito sucinta, podemos dizer que os estados² se distinguem dos eventos por uma propriedade de ausência ou presença de dinamismo que tem como consequência os eventos apresentarem fases e os estados, não.³

Mas é possível, com recurso, por exemplo, a alguns tempos verbais, verificar que em Português se pode transformar um evento num estado. Vejamos o caso do presente do indicativo, que mantém a informação de presente se se combinar com um estado, não alterando a base de natureza estativa, como em (1), mas que, quando combinado com um evento, o transforma num estado habitual, como em (2). A interpretação, neste segundo caso, permite considerar que se trata de um hábito (ou até de uma propriedade: a Rita é cantora) e que não descreve uma atividade necessariamente coincidente com o tempo da enunciação.

(1) O Rui está doente.

(2) A Rita canta.

¹ Em línguas eslavas, como o Checo, em que a marcação aspetual é feita formalmente, apenas há três tempos verbais (passado, presente e futuro)

² No *Dicionário Terminológico*, é usado o termo “situação estativa”.

³ Entre vários testes disponíveis para a distinção, destacam-se o uso da construção progressiva e do imperativo. Os estados não podem ocorrer nestas construções, enquanto os eventos podem.

(i) Ana, come a sopa!
(ii) A Ana está a comer a sopa.
(iii) *Ana, sê alta.
(iv) * A Ana está a ser alta.

Quanto ao Tempo, serve para localizar as situações (eventos ou estados) expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados. Esta localização temporal é relativa a um outro tempo, que pode ser o momento da enunciação, ou um outro tempo, marcado de diversas formas na frase ou em sequências de frases. No primeiro caso, podemos falar de relações *dêiticas*, pois estabelecem uma referência direta com elementos extralinguísticos; no segundo caso, estamos perante relações de tipo *anafórico*, pois estabelecem uma relação com outros elementos linguísticos expressos em frases ou no discurso anteriores.

A forma mais comum de se marcar essa localização é através dos tempos verbais (a Sara *saiu* – anterior ao tempo da enunciação), mas também através de advérbios ou expressões adverbiais de tempo (a Sara saiu *ontem / às 10h*) e certas construções temporais (a Sara saiu *depois de os amigos telefonarem*).

Um outro aspeto relevante para a compreensão do tempo linguístico é o de ser entendido como uma ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro. Esta conceção tem como consequência considerar que o tempo linguístico (tempos verbais ou outras expressões que veiculam tempo) se articula em três domínios: passado, presente e futuro, permitindo falar de relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade do tempo relativamente a um momento escolhido como o de referência, que pode ser o da enunciação, como em (3), ou outro explicitado linguisticamente, como em (4), em que a situação da frase subordinada é anterior à da principal.

(3) O Rui almoçou com os amigos.

(4) O Rui disse que a Ana tinha ido ao cinema.

Portanto, o Tempo envolve localização e orientação no eixo do tempo. No entanto, convém ter presente que a noção de intervalo de tempo também é relevante porque associamos ao tempo a dimensão de duração.

Podemos concluir que os tempos verbais, para além de poderem fazer localização temporal das situações e de as poderem ordenar quando há frases complexas ou sequências de frases, também podem, em certas circunstâncias, funcionar como operadores aspetuais, alterando a base aspetual eventiva e transformando-a numa situação estativa, como é o caso do presente e do imperfeito do indicativo.

3. Análise do texto “Famílias desavindas”

O conhecimento das propriedades e funções linguísticas que acabamos de descrever para o Tempo e o Aspeto é fundamental para o cumprimento das metas curriculares previstas para este conteúdo da semântica do português, já referidas na secção 1, mas também para uma plena compreensão dos textos, potenciando, nesse sentido, a leitura, interpretação e apreciação de textos de diferentes géneros, literários e não literários.

Na determinação da arquitetura textual do texto⁴, Bronckart (1996) salienta a relevância do Tempo e do Aspeto para a sua organização interna, integrando-os na categoria coesão verbal, que constitui, juntamente com a conexão e a coesão nominal, o conjunto de categorias responsáveis pelos mecanismos de textualização.

A coesão verbal concorre para a coerência temática do texto, na medida em que “os mecanismos de coesão verbal contribuem para a explicitação das relações de continuidade, descontinuidade e/ou oposição existentes entre os diferentes elementos de significação expressos pelos sintagmas verbais” (Bronckart, 1996: 277). Tais mecanismos devem ser associados a alguns elementos da categoria conexão, que contribui para a marcação das articulações temáticas no texto, nomeadamente através de expressões que procedem à localização e à ordenação temporal das situações narradas. A conjugação dos elementos referidos para a coesão verbal e a conexão subsume o que comumente se designa de coesão temporal, pois “prende-se com a expressão do tempo, quer através da ordenação correlativa dos tempos verbais, quer através da compatibilização entre tempos verbais e adjuntos adverbiais temporais” (Lopes & Carapinha, 2013: 97)⁵ e outros tipos de expressões.

Por força da sua função textualizadora, o Tempo e o Aspeto são elementos que desempenham também um papel relevante na determinação da infraestrutura textual, igualmente constitutiva da arquitetura interna do texto, que integra as seguintes categorias: plano global do texto, tipos de discurso e sequências textuais. No contexto deste trabalho e sem ignorar a relevância das outras categorias para um entendimento cabal do texto, tomamos como categoria de análise a sequências textual, na linha da conceção de Adam (2001) e Bronckart (1996), pela natureza do texto e por considerarmos que o seu papel na

⁴ A arquitetura de um texto é composta por três níveis, por sua vez subdivididos em vários níveis cada: infraestrutura global do texto (plano global, tipos de discurso e sequências), mecanismos de textualização (coesão nominal, coesão verbal e conexão) e mecanismos de enunciação (responsabilidade enunciativa e vozes e marcação das modalizações) (Bronckart, 1996: 115-136).

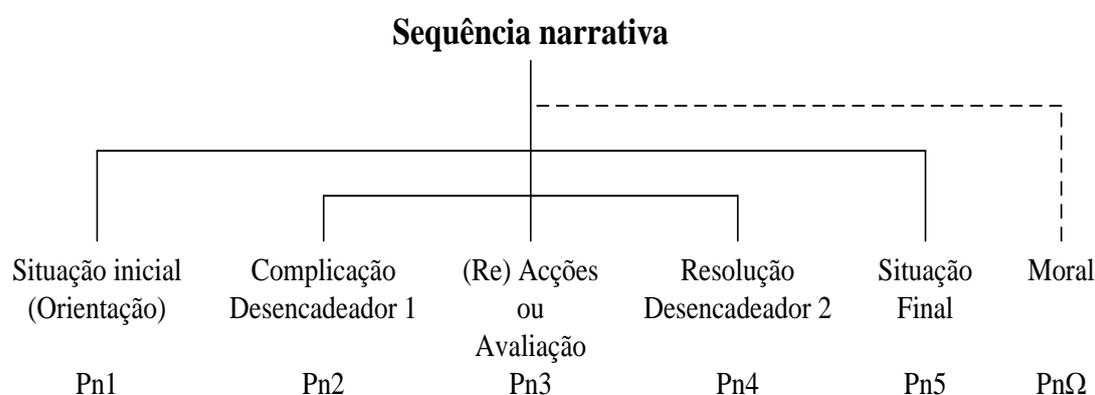
⁵ Cf. também Mendes (2013: 1712-1714),

composicionalidade textual permite articular de modo produtivo conteúdos gramaticais e análise textual.

Nesse sentido, num primeiro momento, analisamos a infraestrutura textual do conto “Famílias desavindas”, de Mário de Carvalho (cf. Anexo), atendendo essencialmente à sequência dominante do texto, para definir a sua organização composicional, e, num segundo momento, articulamos a ocorrência de expressões de localização temporal e a ocorrência de tempos verbais com essa estrutura composicional.

3.1. A estrutura do conto

O conto referido apresenta globalmente uma estrutura composicional que corresponde à sequência prototípica narrativa, que se compõe de um conjunto de seis macroproposições. Essas macroproposições, esquematicamente organizadas no quadro III, permitem analisar a organização sequencial do conto e correspondem ao conjunto de fases envolvido na ‘história contada’.



Adam, 2001

Quadro III. Estrutura prototípica da sequência narrativa (Adam, 2001) [tradução nossa]

Desta forma, pode ser identificada uma situação inicial, que corresponde ao primeiro parágrafo do texto (linhas 1-5). Esta parte diz respeito à descrição de uma hipotética rua do Porto e de um dos seus cruzamentos, local onde se situa um dispositivo único no mundo: semáforos movidos a pedal.

A partir do segundo parágrafo (linha 6), e até ao fim do décimo parágrafo (linha 60), a ação vai ser estruturada não apenas num único nível narrativo, mas em dois níveis: um

primeiro nível que corresponde ao tópico “os semáforos e os semaforeiros” e um segundo nível, que se inicia apenas no sétimo parágrafo, que corresponde ao tópico “os médicos”. Estes dois níveis sobrepõem-se cronologicamente (tempo da história), mas o primeiro nível é narrado integralmente antes do segundo nível (tempo do discurso, cf. Reis & Lopes, 1998: 405-411), o que, como veremos, tem consequências ao nível das ocorrências dos adverbiais de localização temporal. Cada um destes dois níveis, o dos “semáforos e semaforeiros” e o dos “médicos”, apresenta uma parte inicial, que corresponde à Complicação, a que sucede uma série de Reações – cada nível pode ser analisado por si, mas é a sua combinação que constitui o conto. Vejamos estes níveis em pormenor.

Como foi referido anteriormente, o nível dos “semáforos e semaforeiros” tem início no segundo parágrafo (linha 6). Este parágrafo, que corresponde à Complicação deste nível, narra a origem dos semáforos – ideia original de um jovem engenheiro francês, na passagem do século XIX para o século XX – e termina com a localização exata do aparelho, pela referência ao nome dos arruamentos que se intersectam.⁶ Segue-se um parágrafo de descrição do equipamento e do seu funcionamento (linhas 13-17) e, no quarto parágrafo, é narrado o processo de seleção do primeiro semaforeiro e os motivos dessa escolha, que se prendem com as características desta personagem (linhas 18-22). O quinto parágrafo (linhas 23-30) introduz um sumário relativo às pessoas que desempenharam o cargo de semaforeiro até ao momento da enunciação. Este trabalho passou de pai para filho ao longo do século XX, sendo o semaforeiro atual, de nome Paco, o representante da quarta geração. Apesar de se saberem os nomes de cada um deles (facto que, como se verá, é crucial para se compreender o tempo da história do segundo nível), os diversos semaforeiros constituem uma personagem coletiva, que se caracteriza pelo amor quase obsessivo e irracional pelos “seus” semáforos, o que justifica que, ao contrário dos médicos, apenas o primeiro semaforeiro tenha direito a uma caracterização individualizada, e somente para justificar a sua escolha para o cargo.

O primeiro nível termina no sexto parágrafo (linhas 31-33), com uma breve descrição de como é, na atualidade, a relação do semaforeiro com motoristas e transeuntes – uma boa relação, que contrasta com a que estabelecem com os protagonistas do segundo nível, como veremos a seguir.

⁶ Uma curiosidade: o sítio *googlemaps* indica que há uma rua chamada Fernão Penteadado apenas na Covilhã, em Lisboa e em Borba; somente Castelo Branco tem uma Rua Poeta João Roiz.

Em suma, no primeiro nível é narrada a origem dos semáforos e um pouco da história da dinastia dos semaforeiros, desde o primeiro, no início do século XX, até ao quarto (e último), contemporâneo do momento da enunciação.

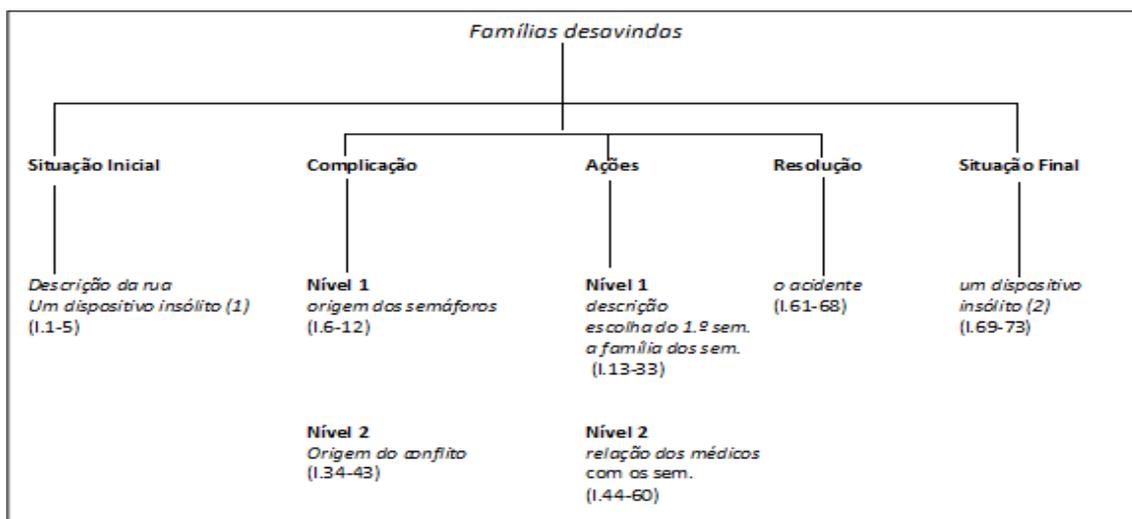
O sétimo parágrafo introduz o segundo nível, o dos médicos. Este parágrafo (linhas 34-43) corresponde a uma nova Complicação, dado que, para além de ser introduzida uma nova personagem, o primeiro médico, com a respetiva caracterização, é apresentada a origem do conflito entre este médico e o primeiro semaforeiro, conflito esse que se manterá ao longo do tempo, envolvendo as sucessivas gerações de médicos e semaforeiros e justificando o título da obra: duas famílias em permanente conflito até à atualidade.

O segundo nível narrativo continua no oitavo parágrafo (linhas 45-49), com a caracterização do médico da segunda geração e da sua relação com o segundo semaforeiro e, no nono parágrafo (linhas 50-52), com uma breve descrição da relação do médico da terceira geração com o terceiro semaforeiro, ilustrada por um episódio significativo do escalar do conflito entre as duas famílias à medida que o tempo passava. O décimo parágrafo (linhas 53-60) é dedicado a uma caracterização mais elaborada deste terceiro médico e da sua relação não só com o terceiro semaforeiro, mas também com o quarto, estendendo, desta forma, o tempo da história deste segundo nível até à atualidade, tal como tinha acontecido com o primeiro nível.

Nos décimo primeiro e décimo segundo parágrafos (linhas 61-68), os dois níveis narrativos anteriormente referidos são unificados. Chegamos, na estrutura narrativa, à Resolução: dá-se o acidente, que, de certa forma, vai reconciliar os representantes das duas “famílias desavindas” aquando do momento da enunciação e determinar o desenlace.

O último parágrafo (linhas 69-72) constitui a Situação Final. Há um retomar da descrição dos semáforos, iniciada no primeiro parágrafo, que agora é completada com a figura branca do médico, que, no momento da enunciação, pedala para pôr em funcionamento este peculiar mecanismo.

A estrutura proposta para este conto pode assim ser ilustrada pelo quadro IV.



Quadro IV. Organização sequencial do conto “Famílias desavindas”, de Mário de Carvalho

3.2. Relação entre aspetos gramaticais e a estrutura do conto

Na sequência da análise da infraestrutura do conto, explicitamos, de seguida, de que modo a análise proposta pode (e deve) ser relacionada com alguns aspetos gramaticais (Silvano & Rodrigues, 2010). Consideramos, de facto, que a exploração do texto, nomeadamente a forma como se processa a estruturação textual e discursiva, muito tem a ganhar se forem convocados para este exercício de análise conceitos e instrumentos operatórios do âmbito da Semântica Frásica (cf. Oliveira *et al.*, 2008; Leal & Silva, 2010). No contexto desta análise, concentrar-nos-emos em dois: a ocorrência de expressões de localização temporal e a ocorrência de tempos verbais.

3.2.1. Ocorrência de expressões de localização temporal

Há, ao longo do texto, diversas expressões (nominais, preposicionais, adverbiais e oracionais) que procedem à localização temporal das situações narradas. Podemos dividi-las em dois grandes grupos: (i) as expressões temporais de localização não exata que se relacionam com a estruturação geral do conto, que vimos anteriormente, e (ii) as expressões temporais que determinam a ordenação das situações no interior de cada parte do conto. Começamos pelas que dizem respeito à estruturação geral.

Expressões como “No dobrar do século XIX” (linha 6) e “há dias” (linha 61), para além de localizarem as situações no tempo, promovem cortes fundamentais na estruturação do

conto: a primeira determina a passagem da Situação Inicial para a Complicação do nível um, enquanto a segunda determina a passagem da última ação do nível dois para a Resolução do conto. Estas são as duas expressões que balizam as duas sequências narrativas que ocorrem em simultâneo no tempo da história e que permitem ao leitor perceber que a ação se desenvolve ao longo d(e todo) o século XX.

Para além destas, podemos encontrar as expressões “Durante a Primeira Guerra” (linha 16), “Por alturas da segunda Grande Guerra” (linhas 23-24) e “pouco depois da revolução de Abril” (linha 24), que se constituem como marcos temporais de localização não exata associados a eventos marcantes da nossa cultura (cf. objetivos da Educação Literária). Estas expressões, juntamente com a expressão “um dia destes” (linha 25), determinam diretamente a ordenação temporal das ações do nível um e, indiretamente, a ordenação das ações do nível dois. De facto, dado que o narrador procede a um emparelhamento de semaforeiros e de médicos ao longo do nível dois, podemos associar cada médico a uma época, mesmo na quase ausência de expressões temporais deste tipo ao longo da sequência de nível dois, pela relação de cada médico com cada semaforeiro. As exceções são “Pouco antes da instalação dos semáforos a pedal” (linha 35) e “recentemente” (linha 59), que procedem à localização, respetivamente, do início e do fim do nível dois.

No que diz respeito às expressões temporais que determinam a ordenação das situações no interior de cada parte do conto, há diversos exemplos: “daí por diante” (linhas 41-42); “Uma tarde” (linha 51); “depois” (linha 53); “até o doente adormecer” (linhas 55-56); “Após a consulta” (linha 57); “quando aconteceu o acidente” (linha 62); “antes que o doutor tivesse entrado no capítulo” (linhas 67-68). Estas expressões localizam as situações, estabelecendo relações temporais de anterioridade, posterioridade ou simultaneidade entre situações ou entre uma situação e um intervalo de tempo. Por exemplo, a expressão “uma tarde” (linha 51), apesar de ser um localizador temporal, também veicula um intervalo de tempo durante o qual acontecem as situações “Asdrubal levantar a mão e o doutor encurvar-se e enrijar o passo”, pelo que estas expressões estabelecem com esse intervalo de tempo uma relação de simultaneidade. Já o advérbio “depois” (linha 53) determina que a situação “impor silêncio” estabeleça com a situação “ouvir as queixas dos doentes com impaciência” uma relação temporal de posterioridade.

Para terminar esta secção, é de realçar que, no conto, coexistem localizadores temporais distintos, com funções distintas na estruturação temporal do conto, mas que remetem para a mesma localização. É o caso das expressões “um dia destes” (linha 25),

“recentemente” (linha 59) e “Há dias” (linha 61). Recorde-se que esta última expressão marca a introdução da Resolução, enquanto as duas primeiras identificam o final cronológico do nível um e do nível dois, respetivamente. Contudo, todas elas aproximam as situações narradas de um tempo que engloba o momento da enunciação, que é o tempo relevante tanto no início como no fim do conto. Para além disso, todas elas dizem respeito à personagem Paco, o último dos semaforeiros, cujo regresso iminente finaliza o conto.

3.2.2. Ocorrência de tempos gramaticais

Passemos agora à análise dos tempos gramaticais. Concentraremos esta análise em três tempos, o presente, o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito simples do indicativo.

Começando pelo presente do indicativo, constata-se que este é o tempo que predomina em duas das principais sequências do conto, a Situação Inicial e a Situação Final. Esta escolha surge com naturalidade, pois, em ambos os casos, trata-se da descrição dos semáforos na atualidade, ou seja, num tempo que se sobrepõe parcialmente ao momento da enunciação. Aspetualmente, ambas as partes apresentam um predomínio de situações estativas, o que também se coaduna com o sentido destas partes do texto (de caráter descritivo). A diferença entre elas reside no tipo de estados. Se, no caso da Situação Inicial, predominam os estados derivados, ou seja, obtidos a partir de eventos (cf. “que sobe que sobe e não acaba”, linha 1; “Faltam razões”, linha 3), já na Situação Final ocorre um estado progressivo (“está (...) a accionar”, linha 70), mas também estados lexicais, ou seja, estados cuja natureza aspetual advém do tipo de verbo (“É o Dr. Paulo”, linha 71; “quer penitenciar-se”). A propósito da Situação Final, de referir ainda o vocábulo com que termina o conto, “regressa” (linha 72). Este presente do indicativo, embora combinado com um evento e ao contrário dos anteriores, não estativiza a situação, antes a projeta para o futuro, tornando a situação hipotética. Contudo, a escolha deste tempo, ao invés do futuro do conjuntivo (“regressar”), não parece ser casual, dado que veicula uma certeza maior de que o semaforeiro Paco irá regressar ao seu posto de trabalho.

Relativamente ainda ao presente do indicativo, podemos apontar três casos em que a explicitação do seu uso, embora não sendo relevante para a definição da estrutura do conto, contribui para uma melhor compreensão textual.

Em primeiro lugar, o presente do indicativo é o tempo usado em quase todas as sequências descritivas. O que as une é o facto de as entidades descritas terem existência e

manterem essas mesmas propriedades aquando do momento da enunciação, o que justifica a utilização deste tempo gramatical. Isso verifica-se no terceiro parágrafo (linhas 13-17), onde se faz a descrição dos semáforos e do seu funcionamento não só no passado, mas também na atualidade (e.g. “é”, linha 13; “pedala”, linha 13). Note-se que este parágrafo contém ainda pretéritos perfeitos e um imperfeito, o que se justifica por, a propósito da descrição dos semáforos, se introduzirem as situações no passado que estão na origem de uma das peculiaridades do mecanismo em questão. Um outro momento de descrição no presente ocorre no quinto parágrafo. Trata-se, neste caso, da descrição dos semaforeiros enquanto família, ou seja, enquanto personagem coletiva (“não é”, linha 26; “É”, linha 27; “dá”, linha 26). Desta forma, embora, provavelmente, já não existam alguns semaforeiros aquando do momento da enunciação, existe ainda a entidade coletiva, com as mesmas propriedades que sempre evidenciou. Por fim, de notar, no sexto parágrafo, o uso do presente do indicativo para descrever a relação, com motoristas e transeuntes, do último semaforeiro, aquele que detém o posto de trabalho aquando do momento da enunciação. Aspetualmente, são usados, neste caso, estados lexicais (“apreciam”, linha 31; “é”, linha 31) e estados derivados (“Diz-se”, linha 32; “comuta, facilita”, linha 33).

Em segundo lugar, o presente do indicativo é sistematicamente usado, embora por motivos diversos, sempre que ocorre, no texto, discurso direto (“Está”, linha 37; “diz”, linha 40; “são”, linha 54; “Arrenego”, linha 59; “podem”, linha 65).

Por fim, o presente do indicativo é o tempo escolhido para um comentário do narrador, que parece pretender ser interpretado como uma verdade intemporal: “Piora sempre os resultados” (linhas 43-44).

Relativamente ao pretérito perfeito simples, ele surge em diversas ocasiões, ao longo do texto, sempre em momentos em que há avanço da ação. De facto, este é um uso frequente deste tempo gramatical, na medida em que induz a progressão narrativa, pois, tipicamente, cada ocorrência funciona como ponto de referência para a situação seguinte. É o que se verifica, por exemplo, em “Uma inspeção da Câmara concluiu que a roda da frente era destituída de utilidade. Foi retirada.” (linhas 16-17): a situação projetada pelo verbo “concluiu” funciona como ponto de referência para a localização da situação denotada por “Foi retirada” (cf. Kamp & Reyle, 1993). O mesmo se passa, por exemplo, na sequência “Aproximou-se de Ramon e bradou” (linhas 39-40).⁷

⁷ Para uma aplicação quanto à diferença entre pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, veja-se o tratamento em laboratório gramatical de Silvano (2014).

Por fim, vejamos as ocorrências do pretérito imperfeito do indicativo. Podemos apontar três usos deste tempo gramatical ao longo do texto. O primeiro, e principal, prende-se com sequências descritivas de personagens que, tipicamente, aquando do momento da enunciação, já não existem. São os casos de descrição do primeiro semaforeiro e dos primeiro e segundo médico. Relativamente ao primeiro semaforeiro, o pretérito imperfeito combina-se com estados lexicais (“era”, linha 20; “era”, linha 21; “gostava”, linha 41), enquanto, na descrição do primeiro médico, predominam pretéritos imperfeitos com valor habitual, dado os verbos serem lexicalmente eventivos (“transbordava”, linha 37; “Andava”, linha 37; “atravessava”, linha 39; “complicava”, linha 39). A caracterização do segundo médico, por seu lado, inclui um estado lexical (“era”, linha 46) e estados derivados com valor habitual (“Informava”, linha 45; “Enganava-se”, linha 46; “fazia”, linha 46).

A caracterização do terceiro médico inclui também estados lexicais (e.g. “era”, linha 53; “estava”, linha 55) e estados derivados com valor habitual (e.g. “Ouvia”, linha 48; “começava”, linha 49). Contudo, ao contrário dos anteriores, o pretérito imperfeito não induz a leitura de que esta personagem já não existe aquando do momento da enunciação, mas antes a leitura de que a personagem já não evidencia estas características aquando do momento da enunciação, que corresponde ao final do conto. Ou seja, ao ser feita a caracterização no pretérito imperfeito e, ao mesmo tempo, ao ser a personagem com que termina o conto, é permitida a inferência de que esta personagem perdeu as características que lhe foram anteriormente apontadas. Este é um caso em que o pretérito imperfeito permite uma interpretação semelhante ao pretérito perfeito simples do indicativo (cf. Oliveira, 2005; 2013).

Um uso diferente do pretérito imperfeito surge no início do décimo primeiro parágrafo: “vinha” (linha 61) e “trazia” (linha 61). Neste caso, o pretérito imperfeito ocorre numa sequência narrativa e não dá origem a leituras de habitualidade. Assim, é estabelecida uma relação temporal de simultaneidade (mais propriamente, de inclusão) entre uma situação denotada pelo pretérito perfeito simples do indicativo (“aconteceu”, linha 62) e as situações denotadas pelos pretéritos imperfeitos anteriormente apontados, que denotam situações (eventivas) cujo intervalo temporal é alargado.

Para terminar, de referir que, tal como acontece com o presente, também o pretérito imperfeito é usado para um comentário do narrador. Contudo, neste caso, esse comentário não tem o carácter de verdade intemporal, mas constitui-se como uma mera observação relativa a um facto do passado, anterior ao momento da enunciação (“sempre se tratava de uma implantação experimental”, linha 11), o que explica a escolha deste tempo gramatical.

Este conto presta-se ainda ao tratamento de outras questões relativas à semântica do Tempo e do Aspeto, que não serão abordadas. Um exemplo dessas questões é a ocorrência de verbos no condicional. A forma “insultaria” (linha 62) tem apenas uma leitura temporal, de futuro do passado (“futuro do pretérito”, em Cunha & Cintra, 1984): “o médico insultar” estabelece uma relação de posterioridade com “o médico trazer”, mas é anterior ao momento da enunciação. Pelo contrário, a forma “Enganar-se-ia” (linha 69) tem apenas uma leitura modal (não temporal), de contrafactualidade (cf. Oliveira & Mendes, 2013). Este seria um adequado ponto de partida para o tratamento dos valores modais, tema que também faz parte do programa de 12.º ano.

4. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos mostrar de que forma a análise das marcas linguísticas de natureza temporal e aspetual presentes no conto contribui para uma melhor compreensão da forma como se processa a sua textualização e como se estabelece a sua organização composicional. Nesse sentido, ilustramos como é possível trabalhar os conteúdos e descritores de desempenho gramática de modo a propiciar tanto o desenvolvimento da consciência linguística e metalinguística, quanto o desenvolvimento da capacidade de compreensão e interpretação de um texto.

Na verdade, e ainda que consideremos de grande relevância a análise de aspetos relativos aos mecanismos de enunciação e às condições de produção do texto, consideramos que a interpretação de um texto só pode ser cabalmente conseguida quando se têm em consideração aspetos gramaticais, na medida em que eles contribuem não só para explicar a sua estrutura compositiva, o modo de organização das diferentes sequências discursivas, mas também apreciar em toda a sua grandeza o texto e a genialidade do autor.

Neste contexto, a conjugação dos conteúdos Tempo e o Aspeto, pela sua relevância na textualização de qualquer texto e pela sua presença destacada no Programa e Metas Curriculares do Português para o Ensino Secundário ao nível da gramática, e do conto de Mário de Carvalho, enquanto exemplar integral de um género já muito familiar aos estudantes, pareceram-nos constituir um objeto de análise pertinente e produtivo, pois i) constituem uma proposta integradora de dois domínios; ii) configuram uma proposta de microanálise que promove uma atitude de rigor procedimental e a mobilização de

conhecimentos vários, nomeadamente gramaticais e textuais; iii) permitem uma articulação com outros domínios, nomeadamente a escrita.

Tendo em consideração que cabe ao professor selecionar os procedimentos metodológicos que considera mais adequados para o cumprimento do disposto no Programa e nas Metas, consideramos que este tipo de análise lhe pode servir de apoio a dois níveis. Por um lado, pode apoiar a sua análise de outros textos, integrais ou não, como trabalho preparatório, dando-lhe instrumentos de análise a adotar e adaptar em função do texto e do conteúdo a tratar. Por outro lado, pode fornecer pistas para a exploração desses textos em contexto de sala de aula, nomeadamente no que se refere ao seu trabalho de planificação e implementação pedagógico-didático.

Referências bibliográficas

- Adam, J-M (2001). *Les Textes: Types et Prototypes*. 2^ad. Paris: Armand Colin.
- Bronckart, J-P (1996). *Activité Langagière, Textes et Discours*. Lausanne : Delachaux & Niestlé.
- Buescu, H.; Maia, L.; Silva, M.; Rocha, M. (2014). *Programa e Metas Curriculares de Português – Ensino Secundário*. Lisboa: MEC.
- Carvalho, M. (2000). “Famílias desavindas”. In *Contos Vagabundos*. Lisboa: Caminho.
- Cunha, C; Cintra, L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Leal, A.; Silva, F. (2010). “Questões de anáfora nominal no texto”. Comunicação apresentada no 2.º Encontro *A Linguística na Formação dos Professores de Português* (Universidade do Porto, 12-13/07/2010).
- Kamp, H.; Reyle, U (1993). *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordercht: Kluwer Academic Publishers.
- Lopes, A. C. M.; Carapinha, C. (2013). *Texto, coesão e coerência*. Coimbra: Almedina/Celga.
- Mendes, A. (2013). “Organização textual e articulação de orações”. In Raposo et al. *Gramática do Português*. Vol. II, Lisboa: FCG, 1691-1758.
- Oliveira, F. (2003). “Tempo e aspecto”. In Mateus, M.H. et al, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp.127-178.

- Oliveira, F., 2005 “O Imperfeito e o Tempo dos Indivíduos”. In Oliveira, F.; Duarte, I.M. (orgs.) *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 505-528.
- Oliveira, F.; Cunha, L.F.; Ferreira, I.; Silvano, P., Leal, A., Silva, F.; Barbosa, J. (2008). “Questões de Semântica Temporal nos Programas de Português do Ensino Secundário”. In Oliveira, F.; Duarte, I.M. (orgs.) *O Fascínio da Linguagem. Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: CLUP/FLUP, pp.119-128.
- Oliveira, F.; Mendes, A. (2013). “Modalidade”. In Raposo, E.P. et al. (orgs) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.623-672.
- Reis, C.; Lopes, A.C.M. (1998). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina, 6.^a ed.
- Silvano, P. (2014). “O conhecimento explícito da língua no *Programa de Português do Ensino Básico: o Dicionário Terminológico e o Laboratório Gramatical com uma exemplificação*”. In *Palavras*, n.º 44-45, Associação de Professores de Português, Lisboa, p. 29-38.
- Silvano, P.; Rodrigues, S.V. (2010). “A Pedagogia dos Discursos e o Laboratório Gramatical no Ensino da Gramática. Uma Proposta de Articulação”. In Brito, A.M. (org.) *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, pp. 275-286.